

Solução para dívida

Edição 11/87

Altos círculos econômicos e financeiros da Europa discutem, entre outras fórmulas, a possibilidade de os bancos centrais das nações credoras da dívida externa do Terceiro Mundo comprar bônus no valor total do endividamento, com deságio que é hoje de 45 por cento, ficando os devedores de pagar o valor nominal em 30 ou 40 anos, a juros baixos. Esta seria uma das fórmulas em estudo para resolver um problema que está inibindo o comércio internacional.

Quem nos traz esta informação é o deputado Pimenta da Veiga, que acaba de regressar de viagem oficial aos Estados Unidos, juntamente com outros parlamentares brasileiros, quando cumpriram uma semana de intenso programa preparado pelo Departamento de Estado, durante o qual se entrevistaram com prestigiosos políticos, banqueiros privados e oficiais, altos funcionários governamentais e professores especializados em Brasil.

Estiveram nos Estados Unidos, além de Pimenta, os deputados Fernando Gasparian (SP), Humberto Souto (MG), Saulo Queiroz (MS) e Hélio Duque (PR), a convite do governo norte-americano, discutindo com senadores e deputados, com o representante comercial dos Estados Unidos, Clayton Yeutter, além de professores, o contencioso entre o Brasil e aquele país, principalmente o problema da dívida externa.

A outra fórmula em discussão seria os bancos credores admitirem o prejuízo (a dívida brasileira seria comprada hoje com um deságio de 45 por cento) e renegociar em prazo longo (30 ou 40 anos) o seu pagamento com juros inferiores aos do mercado (alguma coisa em torno de dois a três por cento).

Pimenta sustenta que o Brasil não deve fazer qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional. Isto seria manter a lógica de uma negociação que só nos é desfavorável. Qualquer entendimento com o FMI importará em admitir o monitoramento de nossas contas internas por aquela instituição e manter um penoso fluxo de recursos que nos transforma, um país em desenvolvimento, em exportador líquido de capitais para os países ricos do Primeiro Mundo.

A declaração de moratória nos situa em posição de barganhar um acordo conveniente aos interesses nacionais. E, assim mesmo, com essa moratória declarada, pagamos este ano oito bilhões de dólares ao Banco Mundial e ao Clube de Paris. Fazer o acordo com o FMI seria se comprometer em cumprir um programa que o Brasil não estará em condições de cumprir, adverte o ex-líder da bancada do PMDB.

Fazer o acordo não abre as portas do mercado financeiro internacional para um país onde um dólar emprestado vale 45 centavos a menos — adverte Pimenta da Veiga, com muita razão. Os banqueiros privados não se acham dispostos a correr novos riscos emprestando a países do Terceiro Mundo. Acham que isso deve ficar com as agências multilaterais de financiamento, não com eles.

Os países ricos estão interessados em encontrar uma solução global para o problema do endividamento do Terceiro Mundo, que está provocando uma redução no comércio mundial. Os países endividados não têm como comprar bens e serviços dos países ricos, depois que esgotam suas limitadas reservas no pagamento dos juros da dívida externa.

A grande solução não estaria em transformar toda a dívida brasileira em investimento. Isso importaria em entregar o País aos grupos financeiros internacionais. Converter parte dos juros em investimentos, capital de risco e bônus (algo em torno de cinco bilhões de dólares) não resolveria um endividamento que ultrapassou os cem bilhões de dólares.

A saída estaria na compra dessa dívida, com deságio de 45 por cento, pelos bancos centrais das nações credoras desses débitos. O Brasil, por exemplo, teria 30 a 40 anos para pagar os seus 112 bilhões de dólares de débito, a juros baixos, tempo necessário para se capitalizar e investir mais intensamente em programas de desenvolvimento.

Os países ricos teriam interesse nesta fórmula, na medida em que eliminaria o maior fator de inibição do comércio internacional. Basta dizer que, no ano passado, a América Latina comprou menos 25 bilhões de dólares dos Estados Unidos. E a razão disso é que os países latino-americanos não têm reservas para fazer compras necessárias em face dos pesados encargos impostos por suas dívidas externas.